

## Ricos devem bilhões à União enquanto pedem cortes de salários de trabalhadores



Começou a ser veiculada na televisão uma propaganda da Fiesp que coloca população prejudicada pela pandemia e pela falta de assistência do governo contra servidores públicos, que trabalham na linha de frente do combate ao novo coronavírus com salários congelados há mais de três anos. A peça publicitária usa cruelmente a miséria de brasileiros provocada pelo governo genocida neste momento de crises e pede a parlamentares que não revoguem o veto presidencial de Jair Bolsonaro ao PLP 39/2020, que proibiu em lei reajustes de salários defasados até dezembro de 2021.

A propaganda desvia o problema real: a injustiça nada tem a ver com a remuneração dos servidores públicos. A suposta falência das contas do Estado, declarada à exaustão pelo ministro da Economia Paulo Guedes, também não é culpa desses trabalhadores. Segundo levantamento realizado pelo De Olho nos Ruralistas, baseado em dados da Procuradoria-geral da Fazenda Nacional, 50 empresas ligadas ao agronegócio que devem mais tributos à União acumulam R\$ 205 bilhões em débitos. O volume das dívidas do setor representa 20% da "economia" que Guedes diz realizar com a reforma da Previdência pelos próximos 10 anos.

Em 2016, Laodse de Abreu Duarte, então diretor da Fiesp, era o recordista de dívidas com a União como pessoa física, roubando quase R\$ 7 bilhões da população brasileira. O débito era superior ao de 18 estados e daria para socorrer mais de 10 milhões de famílias que solicitaram o auxílio emergencial. Dois irmãos de Duarte também figuravam na lista de devedores, cada um com dívidas similares ao ex-diretor da Fiesp, que renunciou ao cargo à época. A Federação atualmente é presidida por Paulo Skaf, milionário que consta na lista dos mais poderosos do Brasil.

### Quem paga a conta?

Enquanto isso, de acordo com o Painel Estatístico de pessoal, 58,96% dos servidores ativos não recebem super salários e, nesta faixa, a porcentagem maior se concentra entre aqueles que recebem entre R\$ 3.500 e R\$ 4.500, valor próximo ao que o Dieese alerta para o que deveria ser o salário mínimo justo para todos. Além disso, a Condsef/Fenadsef ressalta que o País tem mais de R\$ 4 trilhões em reservas, que deveriam ser utilizadas para socorrer a população neste momento dramático da história. A ineficiência das ações de auxílio e a recente investida do governo em diminuir o valor das parcelas emergenciais evidencia a postura genocida da equipe de Jair Bolsonaro.

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) divulgou nota técnica sobre a lei de auxílio a Estados e Municípios, que só foi aprovada mediante chantagem do presidente para passar parte da Reforma Administrativa de Paulo Guedes, que estabeleceu congelamento salarial dos servidores. Segundo o documento, o auxílio previsto no Programa Federativo de Enfrentamento à Covid-19 "não será suficiente para compensar a perda de arrecadação decorrente das necessárias medidas de isolamento social."

O estudo evidencia que as contrapartidas exigidas recairão sobre a capacidade de assegurar os serviços públicos. "É importante ressaltar que os servidores públicos acabarão por arcar com pesados prejuízos em função dessas medidas, com perdas expressivas da remuneração", conclui o Departamento. A Condsef/Fenadsef destaca mais uma vez que alternativas

mais eficientes poderiam ser tomadas pelo governo, poupando o sacrifício de trabalhadores, sejam eles da administração pública ou da iniciativa privada. São elas:

**1. Revogação imediata da Emenda Constitucional 95/2016**, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, inclusive em saúde e educação, áreas essenciais para tratamento da pandemia e para descoberta de medicamentos para cura dos afetados. Desde que foi aprovada, a emenda retirou R\$ 20 bilhões do Sistema Único de Saúde. Também foram cortadas milhares de bolsas de pesquisa científica. Este recurso foi desviado para pagamento da dívida pública e outros gastos do sistema financeiro.

**2. Suspensão imediata do pagamento da dívida pública.** A previsão de gasto para 2020 ultrapassa R\$ 1,5 trilhão, valor muito superior à suposta economia que o governo diz que terá pelos próximos 10 anos com os resultados da reforma da Previdência aprovada em 2019.

**3. Taxação das grandes fortunas.** O número de bilionários no Brasil aumenta a cada ano, independentemente de crise econômica, porque é na crise que os ricos ficam mais ricos. Já são 50 nomes que estampam a capa da revista Forbes. Em 2019, os três maiores bancos privados do Brasil, somados, tiveram lucro de R\$ 63 bilhões. Enquanto o governo quer redução de salário dos trabalhadores, quanto será que Bolsonaro pediu às grandes empresas para contribuir no combate ao coronavírus?

**4. Investimento em assistência social.** Além dessas medidas, a Auditoria Cidadã da Dívida mostrou que o País tem mais de R\$ 4 trilhões em caixa. Não há razão para economia no momento.

Condsef/Fenadsef



## ‘Não é o momento de flexibilizar de maneira nenhuma’, diz pesquisadora da Unicamp

No Congresso Nacional, lideranças devem se reunir com um grupo de médicos, na semana que vem, para discutir um possível adiamento das eleições municipais de outubro. O grupo terá especialistas em epidemiologia e infectologia, além de sanitaristas, um biólogo e até mesmo um físico.

Mas, para a professora Raquel Stucchi, da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no curtíssimo prazo as atenções devem se concentrar exclusivamente na própria covid-19. “A pandemia preocupa muito e este não seria o momento de se flexibilizar a quarentena”, diz. O governador paulista, João Dória, e o prefeito do capital, Bruno Covas, ambos do PSDB, trabalham conjuntamente para promover a reabertura das atividades econômicas, a partir desta quarta-feira (10).

Ainda que a capital paulista já estivesse atingindo o chamado “platô” (achatamento da curva) – a cidade bateu hoje (9) seu recorde de vítimas, com 334 mortes – não seria o momento de abrir as atividades. “Todos os países que enfrentaram a pandemia tiveram o cuidado de flexibilizar a economia quando as curvas do número de casos e de óbitos já começavam a descer. E, mesmo assim, com muito cuidado. Alguns desses países experimentaram novo aumento do número de casos e reavaliam como vão seguir daqui para frente”, diz.

Um dos dados usados pelos defensores da flexibilização para apontar tendência ao achatamento da curva na capital seria a redução da taxa de ocupação de leitos de

Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) para tratamento da covid-19. O índice estaria em 67,5% nesta segunda-feira (8) no estado e 75,5% na Grande São Paulo, segundo o governo paulista. Na semana passada, os índices eram de 73% no estado e 85% na região metropolitana.

### Lições

“O Brasil é um país continental e tem realidades muito diferentes em termos de número de casos, disponibilidade de leitos hospitalares, de enfermaria ou UTI pública e privada.” Nas última 24 horas, o país contabilizou 1.271 mortes pela covid-19.

Para a professora, “não aprendemos a lição de como fazer isolamento, de como testar, mas deveríamos ter aprendido a lição de que a abertura, mesmo considerando os problemas econômicos, só deveria ser feita quando as curvas de casos e óbitos comessem a diminuir”.

Como o Brasil “está querendo inovar” na flexibilização, a preocupação nos meios médicos é muito grande, avalia Raquel. Se a curva pode tender a achatamento na capital, no interior é muito diferente. “A gente vê uma saturação na ocupação das vagas hospitalares de maneira geral. Equipes de profissionais trabalhando no limite físico e emocional, se contaminando com covid por várias razões. Não é o momento de flexibilizar de maneira nenhuma.”

Segundo ela, quanto mais se vai para o interior, mais preocupante é a situação, porque diminui a capacidade de oferta de leitos. Os pacientes que são internados ficam longo tempo, de duas a três semanas, em UTI, o que dificulta a rotatividade das vagas.

### Situação difícil

A situação tende a piorar. Em Campinas, cidade de 1,1 milhão de habitantes, esta segunda-feira (8) “parecia véspera de Natal no centro da cidade, nos shoppings, pessoas na rua, algumas sem máscaras”, conta Raquel. O resultado muito dificilmente deixará de ser dramático. “As próximas três ou quatro semanas devem ser muito tristes. Eu quero estar errada, mas acho que não estarei.”

Se a flexibilização pode custar caro, por outro lado está a situação difícil das famílias em relação ao seu próprio sustento. “E aí seria papel dos governantes prover de forma mais substancial essas necessidades. Dinheiro tem.”

A professora da Unicamp lembra que o presidente Jair Bolsonaro vetou, na semana passada, o repasse de R\$ 8,6 bilhões de um fundo administrado pelo Banco Central cuja destinação seria a estados e municípios para o combate à pandemia de coronavírus.

“Um dinheiro que estava parado e poderia até auxiliar as famílias neste momento, para permitir estender um pouco mais o isolamento, o que atenderia tanto a ciência quanto a economia. Mas não é isso que a gente está vendo.”

Já quanto às eleições de outubro, poderiam ser realizadas evitando-se aglomeração e adotando-se todas as medidas sanitárias de prevenção. Enquanto isso, manter distanciamento social, uso de máscara de maneira adequada, higienização das mãos, “tudo isso tem que ser um mantra até setembro ou outubro, pelo menos”.

*Eduardo Maretti, da RBA*